

ELLEN B. GELD

Um dos programas mais interessantes de televisão a que assisti, nos Estados Unidos, foi uma entrevista do empresário e filantropo Eugene Lang. Sua história é a do garoto pobre que começou a trabalhar aos 12 anos de idade para ajudar a família e custear os próprios estudos. Anos mais tarde, como empresário bem-sucedido, foi convidado para fazer uma palestra na escola que frequentara noutros tempos. No meio da palestra, ocorreu-lhe que muitos daqueles alunos não frequentariam o curso secundário, pela falta de perspectiva de melhorar suas vidas através do estudo. Deixando de lado o texto preparado, Eugene Lang fez uma proposta para os 50 formandos: se terminassem o curso secundário, ele garantiria que seus estudos universitários seriam pagos. A proposta foi aceita. A promessa foi cumprida. Hoje, um fundo permanente permite que uma quantidade igual de alunos seja enviada para a universidade por Eugene Lang todos os anos.

A iniciativa privada sempre participou, de algum modo, da educação norte-americana desde quando os pioneiros estabeleciam suas comunidades nos ambientes selvagens. Ao construir escolas com suas próprias mãos e pagar, do próprio bolso, o salário dos professores. A educação era considerada um privilégio e uma necessidade, para cuja manutenção todos deveriam contribuir.

Por essa razão, na medida em que a população foi crescendo, o número de escolas, tanto públicas quanto privadas, acompanhou este crescimento. Hoje poucos não conseguem algum tipo de educação superior. Alguns setores afirmam que a educação foi sendo diluída nesse processo. Mas esta crítica não leva em consideração o fato de que, os que têm oportunidade para aprender, os mais inteligentes, os mais conscientes sempre irão lutar para corrigir os defeitos da educação universal. Esses críticos não reconhe-

cem a grande competição que existe entre as instituições públicas e as privadas, que transformou os EUA num dos países em que o ensino está à disposição em maiores quantidades, porque os governos, de uma forma geral, apoiaram a pesquisa e a educação. Mesmo assim, essas oportunidades não teriam sido tão abrangentes, se entidades particulares não tivessem contribuído para garantir que ônibus escolares estivessem à disposição dos alunos das áreas rurais; para o estabelecimento de milhares de universidades administradas por particulares, desde Harvard, na Costa Leste, a Oberlin, no Meio-Oeste, à Texas A&M... E todos reconhecem o bom nível dessas instituições, que existem por causa de uma crença não questionada na educação: a sua base para a liberdade é para todos os tipos de progresso.

Existem, também, porque essa crença, reconhece que a educação é tão dispendiosa quanto é valiosa. O grande esforço e a responsabilidade do ensino merecem uma remuneração justa. As pesquisas e os materiais necessários para o aprendizado requerem um investimento contínuo. Esperar que o governo carregue este ônus sozinho, é exigir recursos para o que jamais poderá haver uma receita fiscal suficientemente grande.

O custo é um ponto importante. Mas não a única razão pela qual a participação privada deveria ser encorajada e não desencorajada. Sem participação direta na busca de soluções para os problemas de salas de aula superlotadas, de maus professores, falta de materiais, métodos adequados, uma população pode achar que a situação é irreversível e se tornar indiferente. Ou — como no caso dos que exigem educação universitária gratuita para todos — incomprensiva.

A competição entre as escolas públicas e as particulares para fornecer bons professores, bons currículos e oportunidades de pesquisas pode ser-

vir apenas para estimular o desenvolvimento cultural. Para manter a competição saudável e positiva, é preciso que sejam estabelecidos padrões válidos e meios honestos e válidos para implementá-los.

Igualmente importante é equilibrar as escolas privadas contra um sistema governamental que, sem competição, se pode tornar monolítico, dispiçentemente acomodado e até mesmo ditatorial.

A recente aprovação de uma lei que atribui 13% do orçamento federal anualmente para a educação é uma boa notícia, da mesma forma como a determinação do ministro Marco Maciel em tornar o crescimento da educação no Brasil o item mais importante do governo. Para um país que está empenhado em estabelecer uma democracia estável e duradoura, o fato de ainda existirem dez milhões de crianças sem oportunidade escolar realmente é o problema mais importante a ser enfrentado.

A educação está na base de todas as coisas. É a base para a criatividade de um povo e para a sua capacidade de manter-se em dia com os novos desenvolvimentos. É o que dá às pessoas os elementos racionais com os quais podem julgar para si mesmas a seriedade e a capacidade, bem como as propostas dos que pretendem ser seus líderes, de maneira que — em posições governamentais, em sindicatos, em cooperativas, etc. — possam escolher através de critérios próprios. Somente desta forma é que uma democracia estável pode ser garantida; sob a qual, em elevada escala, os indivíduos possam viver segundo suas próprias opções e resolver os seus próprios problemas.

Por este motivo, quanto mais pessoas do tipo de Eugene Lang houver no Brasil, melhor será. Quanto maior for o encorajamento da participação privada nesse vasto esforço essencial, tanto maior será a possibilidade de sucesso.